

Conselho de Representantes

5 de agosto quarta-feira 14h

Prédio do CT, bloco D, sala 210 - Ilha do Fundão

PAUTA

1 - Informes; 2 - Comissão eleitoral para a Diretoria e Conselho de Representantes biênio 2015-2017; 3 - Prestação de contas das gestões 2010-2011 e 2011-2013; 4 - Assuntos gerais.

Lembramos que as reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados.

NO CEG

Cursos novos
relatam
dificuldades

Página 6

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN

Central Sindical e Popular - Conlutas

Ano XIV nº 898

4 de agosto de 2015

BRASIL

Governo
paga juros
astronômicos

Página 8

AG encaminha proposta de negociação



Samuel Tosta - 31/07/2015
Assembleia.
Criar espaços
para negociação

Campanha

“Sai da lata e negocia Janine”

Campanha convoca docentes a postar este recado no perfil do ministro nas redes sociais, tendo como imagem uma lata de sopa de tradicional marca americana que foi apelidada nesta campanha de “Janine’s”. Há dias o ministro fez elogios ao modelo educacional dos EUA. Nada de enlatados, ministro.



■ Reunidos em assembleia geral, os docentes da UFRJ aprovaram uma pauta emergencial para ser encaminhada ao CLG, em Brasília. Os pontos propostos vão desde o compromisso do MEC em não contratar via OS até liberação de verbas para assistência estudantil, além de referendar a contraproposta salarial do fórum dos SPF, articulando-a com a reestruturação da carreira. A assembleia aprovou a continuidade da greve.
Página 3

Governo corta mais R\$ 1 bilhão da educação

Página 8



Tem panfletagem nesta terça na Praça XV

Página 2

Agenda da greve



AGOSTO

- 3 SEG** Comando Local de Greve da Adufrj-SSind faz reunião preparatória para as atividades da semana.
- 4 TER** Docentes da UFRJ e UFF realizam panfletagem, às 16h, na Praça XV. CLG realiza Reuniões de Unidade na universidade.
- 5 QUA** Debate sobre carreira e ameaça das Organizações Sociais (OS) em Macaé. Atividade de greve contará com a vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciana Boiteux, e com Sara Granemann (ESS). Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, 14h, na sala 210 do Prédio do CT, bloco D.
- 6 QUI** Servidores Públicos Federais (SPF) marcham em Brasília. Mobilização, convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, faz parte da Campanha Salarial Unificada.
- 7 SEX** Reunião do Comando de greve da UFRJ e Reunião nas unidades.
- 8 SAB** Piquenique com panfletagem na Quinta da Boa Vista, onde funciona o Museu Nacional da UFRJ.

Semana da greve DE 27 A 31/JULHO



- SEGUNDA**
Comando Local de Greve da Adufrj-SSind faz reunião preparatória para as atividades da semana.

Reitor divulga nota oficial informando que os atos acadêmicos e administrativos só serão retomados após o final da greve.
- TERÇA**
Comando Nacional de Greve do Andes-SN divulga novo comunicado com estudo de contraproposta a ser apresentada ao MPOG.
- QUINTA**
Diversas categorias federais realizam ato unificado contra o ajuste fiscal na Avenida Rio Branco, Centro do Rio.

Em Brasília, governo assina decreto de novo contingenciamento de mais de R\$ 8 bi. Desses, mais R\$ 1,1 bilhão é cortado da educação.
- SEXTA**
Assembleia Geral convocada pela Adufrj-SSind manteve a greve. A categoria indicou pontos emergenciais para serem apresentados como proposta de negociação ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN.

Os eixos da pauta

Defesa do caráter público da universidade

Melhorias das condições de trabalho

Garantia de autonomia universitária

Reestruturação da carreira

Valorização salarial de ativos e aposentados



SEÇÕES SINDICAIS EM GREVE: 41

PROFESSORES EM GREVE

- | | | |
|---|---|---|
| ADUFAC
Universidade Federal do Acre | do São Francisco | Grande Dourados |
| ADUA
Universidade Federal do Amazonas | APUB
Universidade Federal da Bahia | ADUFMS
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul |
| SINDUFAP
Universidade Federal do Amapá | APUR
Universidade do Recôncavo da Bahia | SESDIFMT
Instituto Federal do Mato Grosso |
| ADUFRA
Universidade Federal Rural da Amazônia | ADUFOB
Universidade Federal do Oeste da Bahia | ADLESTE
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Três Lagoas |
| ADUFPA
Universidade Federal do Pará | APRUMA
Universidade Federal do Maranhão | ADUFF
Universidade Federal Fluminense |
| SINDUNIFESSPA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará | ADUFCG
Universidade Federal de Campina Grande | ADUFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| SINDUFOPA
Universidade Federal do Oeste do Pará | ADUFCG-PATOS
Universidade Federal de Campina Grande - Patos | ADOM
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus de Mucuri |
| ADUNIR
Universidade Federal de Rondônia | ADUC
Universidade Federal de Campina Grande - Cajazeiras | ADUFLA
Universidade Federal de Lavras |
| SESDUF-RR
Universidade Federal de Roraima | ADUFMAT
Universidade Federal do Mato Grosso | SINDFAFEID ou ADUFVJM
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Diamantina |
| SESDUFT
Universidade Federal de Tocantins | ADUFMAT-RONDONÓPOLIS
Universidade Federal do Mato Grosso - Rondonópolis | CLG - UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina |
| SINDIFPI
Instituto Federal do Piauí | CAMPUS GOIÁS
Universidade Federal de Goiás | SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN na UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| ADUFERSA
Universidade Federal Rural do Semiárido | ADCAJ
Universidade Federal de Goiás - Jataí | CLG - UNILAB
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |
| ADUFAL
Universidade Federal de Alagoas | ADCAC
Universidade Federal de Goiás - Catalão | ADUFOP
Universidade Federal de Ouro Preto |
| ADUFS
Universidade Federal de Sergipe | ADUFDOURADOS
Universidade Federal da | |
| ADUFPB
Universidade Federal da Paraíba | | |
| SINDUNIVASF
Universidade do Vale | | |

Samuel Tosta - 31/07/2015



PROFESSORAS do CAP posam em campanha para que o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, negocie com a categoria

OUTRAS CATEGORIAS FEDERAIS EM GREVE

- Fasubra**
Técnicos das Universidades Federais
em greve desde o dia 28 de maio
- Fenajufe**
Tabalhadores do Judiciário Federal
Em greve desde o dia 10 de junho
- Fenasps**
Tabalhadores de Saúde, Previdência e Assistência Social
Em greve desde o dia 7 de julho
- Sinasefe**
Técnicos e Docentes de institutos federais
Em greve desde o dia 13 de julho
- Asfoc**
Trabalhadores da Fiocruz
Em greve desde o dia 16 de julho
- Condsef**
Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal
Em greve desde o dia 27 de julho

Início da greve dos professores da UFRJ | 23 / junho

Acompanhe as informações da greve docente da UFRJ pelo blog do Comando Local de Greve : <https://greveufrj2015.wordpress.com/> ou pelo facebook: <https://www.facebook.com/comandolocaldegreveufrj2015?pnref=story>

GREVE 2015



FORÇA. A assembleia foi realizada no auditório do Ipub, seguindo a tradição desta greve de levar o movimento a unidades diversas da UFRJ

AG aprova contraproposta e ... pauta emergencial para ser encaminhada ao CNG do Andes-SN

A greve continua

Da Redação

Uma pauta com pontos emergenciais relacionados à pauta específica do Andes e o referendo à contraproposta salarial dos SPF, articulando-a à reestruturação da carreira, foram aprovados na assembleia geral dos docentes da UFRJ na sexta-feira, 31 de julho. A assembleia também decidiu pela continuidade da greve.

O debate sobre propostas a serem priorizadas na pauta da greve dos docentes federais dominou a reunião. Entre essas

propostas, está a exigência de que o MEC assine compromisso de que não haverá nas IFE nenhuma forma de contratação e ou projetos pela via das OS. Contratação de pessoal docente, TAE e de pesquisadores somente pelo RJU.

O texto aprovado também destaca a necessidade de verbas de investimento para construção de alojamentos, restaurantes e bibliotecas, maior investimento na assistência estudantil e atualização dos valores das bolsas e auxílios.

O documento que será encaminhado ao CNG propõe a exigência de um calendário de reposição das verbas cortadas e ampliação orçamentária das

IFE. Concursos, retomando cargos extintos, e dinheiro para finalização das obras previstas iniciadas com verba do Reuni também fazem parte das propostas.

Outro ponto importante assinado pelo movimento docente da UFRJ é que o processo negociado seja retomado a partir do acordo assinado com a Sesu-MEC em 2014, sobre os pontos conceituais iniciais para a reestruturação da carreira docente.

Proposta salarial

Em relação à questão salarial, os professores aprovaram a contraproposta dos SPF, articulando-a com a reestrutura-

ção da carreira docente: aceitar o maior reajuste possível, (a) em parcela única de 19,7% em 2016, conforme encaminhamento do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, ou (b) em duas parcelas (2016 e 2017), com o maior reajuste possível em 2016.

Outro ponto: utilizar a maior parte possível do orçamento relativo aos reajustes obtidos para a reestruturação da grade salarial, de acordo com os conceitos da proposta do Andes-SN.

Greve

Por ampla maioria (houve quatro votos contrários e apenas duas abstenções), a assem-

bleia decidiu pela continuidade da greve. A reunião no auditório do Instituto de Psiquiatria (Ipub) foi realizada já sob o impacto de novos cortes no orçamento da educação e mais repasses para o Fies (confira na página 8).

A campanha “Sai da lata e negocia, Janine” – uma forma de chamar atenção para a ausência do ministro da Educação nas negociações – foi lançada para ser propagada pelas redes sociais.

“O ministro não pode só aparecer na reunião de reitores para anunciar cortes”, disse Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind.

Eleições Adufrj-SSind: atenção aos prazos

As eleições da Adufrj-SSind, para os cargos da Diretoria e do Conselho de Representantes da Seção Sindical, biênio 2015-2017, acontecem nos dias 9 e 10 de setembro. As chapas devem se inscrever junto à secretaria da Adufrj-SSind até 10 de agosto.

Já as listas para formação do Conselho de Representantes podem ser inscritas até o dia 31 de agosto.

Podem se candidatar à Diretoria ou ao Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 12 de maio de 2015. São eleitores os docentes sindi-

calizados até 11 de julho de 2015.

A Comissão Eleitoral do pleito foi composta e aprovada pela Assembleia Geral ocorrida no dia 31 de julho, no Instituto de Psiquiatria, na Praia Vermelha. Dela fazem parte os professores sindicalizados:

José Miguel Bendrao Saldanha

(Titular indicado pela diretoria)

Cristina Miranda

(Titular)

Sandra Martins Souza

(Titular)

Maria Fernanda

Elbert Guimarães

(Titular)

Ricardo de Andrade Medronho

(Titular)

Leila Salim Leal

(Suplente)

Bruno de Souza Paula

(Suplente)

GREVE 2015

Andes-SN - 22/07/2015



Pressão. Entidades nacionais do Fórum dos Servidores Públicos Federais reuniram cinco mil em marcha do dia 22 de julho, em Brasília

Fórum dos SPF chama marcha para 6 de agosto

Representantes das entidades nacionais dos servidores públicos federais divulgam nota na qual, novamente, rejeitam proposta governamental de arrocho salarial escalonado em quatro anos

Aumenta a pressão do movimento para quebrar a intransigência do governo

Com o objetivo de aumentar a pressão sobre o governo, o Fórum das Entidades Nacionais dos SPF divulgou, dia 28, uma nota na qual convoca os servidores federais para ampla participação na Marcha a Brasília, marcada para este 6 de agosto.

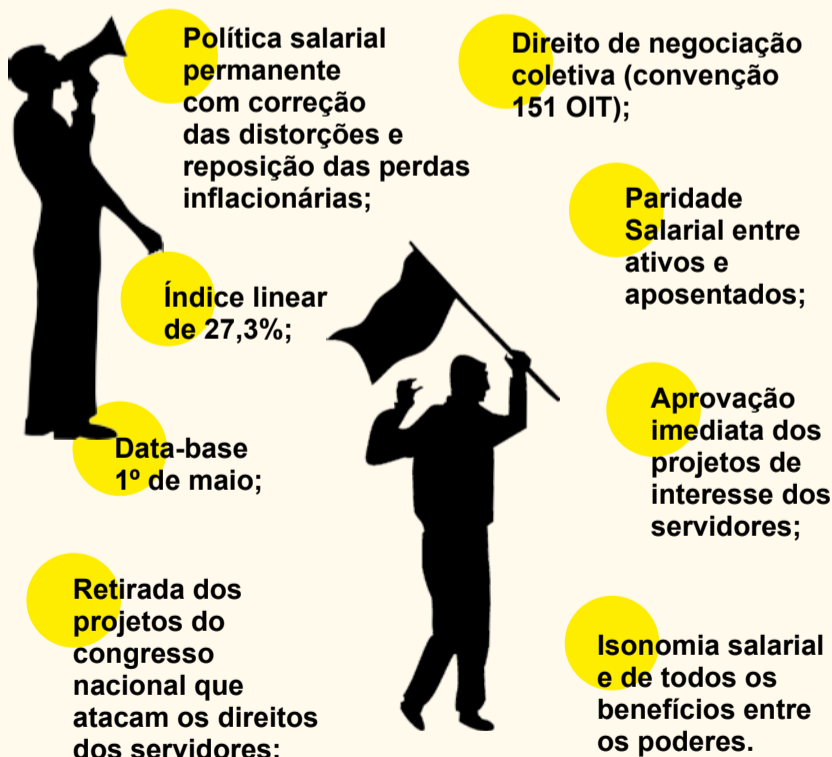
O documento foi definido em reunião do Fórum realizada dia 27 com a presença da maioria das entidades nacionais representativas das diversas categorias do funcionalismo federal.

A nota ressalta que, embora o governo esteja

reafirmando a proposta de índice parcelado em quatro anos, a força das greves e a luta das entidades do fórum envolvidas na campanha salarial, conseguiram arrancar, do Ministério do Planejamento, uma proposta que envolve reajustes nos benefícios — algo que não existia anteriormente.

A proposta do MPOG — um reajuste de 21,3%, parcelado em quatro anos — foi rechaçada novamente pelas entidades dos SPF. Os servidores cobram do governo federal: negociação efetiva em relação à política de negociação salarial permanente e data-base; melhoria nos reajustes dos benefícios, com isonomia entre os servidores dos três poderes; e a reafirmação, na mesa de negociação, da pauta aprovada pelo Fórum, no início do ano (confira quadro). (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

CONFIRA ALGUMAS DAS REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA UNIFICADA 2015 DOS SPF:



Bases avaliam estudo de contraproposta salarial

Reajuste seria de 19,7% de uma só vez

Durante a reunião do Fórum dos SPF, no dia 27, também foi apresentado um estudo de contraproposta salarial. O documento aponta um índice de reajuste linear de 19,7%, em uma única parcela para janeiro de 2016 (enquanto o governo oferece 21,3%, ao longo de quatro anos).

O cálculo feito levou em consideração a inflação acumulada desde 1º de julho de 2010 até junho de 2015 (data do último índice de inflação real), descontando o reajuste de 15,8% concedido em leis de 2012, em três parcelas, para algumas entidades dos SPF.

A proposta original do Fórum dos SPF, em relação ao índice linear de 27,3%, levou em consideração a inflação acumulada desde 1º de julho de 2010 (data da vigência da última parcela do reajuste trienal concedido em 2008 para algumas categorias) até janeiro de 2015, agregando ainda a projeção de inflação até dezembro de 2016 e ainda 2% de aumento real, em uma parcela única para 2016, descontando o reajuste de 15,8% concedido no ano de 2012, em três parcelas, para algumas entidades.

De acordo com Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente do Andes-SN, o estudo de contraproposta mantém a defesa do acordo anual e de reposição das perdas inflacionárias do último período. Marinalva destaca que os demais pontos da pauta unificada dos SPF são mantidos na forma como foram protocolados em fevereiro de 2015.

“Importante destacar que este estudo trata da mesa geral de negociação com as entidades nacionais dos SPF. Portanto, não está vinculado à pauta específica da greve nacional dos docentes federais” afirmou. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 2º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Oníli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunicacao@adufjrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufjrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Discussão deve voltar ao CEG em 12 de agosto

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Três cursos multiunidades, criados no âmbito do Reuni (programa de reestruturação e expansão das universidades federais), apresentaram sua estrutura ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG) de 29 de julho. Professores de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI), Relações Internacionais (RI) e Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) falaram das dificuldades administrativas de se manterem sem que uma unidade os centralize.

A grande reivindicação de estudantes e docentes, tanto de DGEI, quanto de RI, é a criação do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais para congregar os dois cursos. Já o GPDES, segundo explicou seu coordenador, professor Carlos Vainer, após longo processo de negociação, vai fazer parte do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) a partir de janeiro de 2016.

Conforme esclareceu o pró-reitor de Graduação da UFRJ e presidente do CEG, Eduardo Serra, o objetivo da apresentação desses cursos foi iniciar os trabalhos do colegiado acadêmico para encontrar uma solução administrativa: “Peço que este Conselho se debruce sobre a questão dos cursos multiunidades em caráter de urgência. O objetivo é, até o início do próximo ano, termos a solução institucional”, disse.

Comissão criada

A deliberação do CEG foi reativar uma comissão criada há dois anos para acompanhar os cursos multiunidades. Agora, além de um conselheiro por segmento (docente, técnico-administrativo e estudante), haverá participação de um professor e um estudante de cada um dos cursos. Carlos Vainer esclareceu que o GPDES não se considera mais um curso multiunidades (dado o acerto com o IPPUR), mas que gostaria de colaborar com a comissão.

Em paralelo, outro grupo formado autonomamente pelos estudantes e professores dos cursos de DGEI e RI estudará a viabilidade da criação do Instituto. “A reunião de hoje foi bastante proveitosa e possibilitou importantes avanços para resolução de uma série de problemas institucionais que enfrentamos”, disse o professor Henrique Paiva, que fez a apresentação do curso de DGEI.

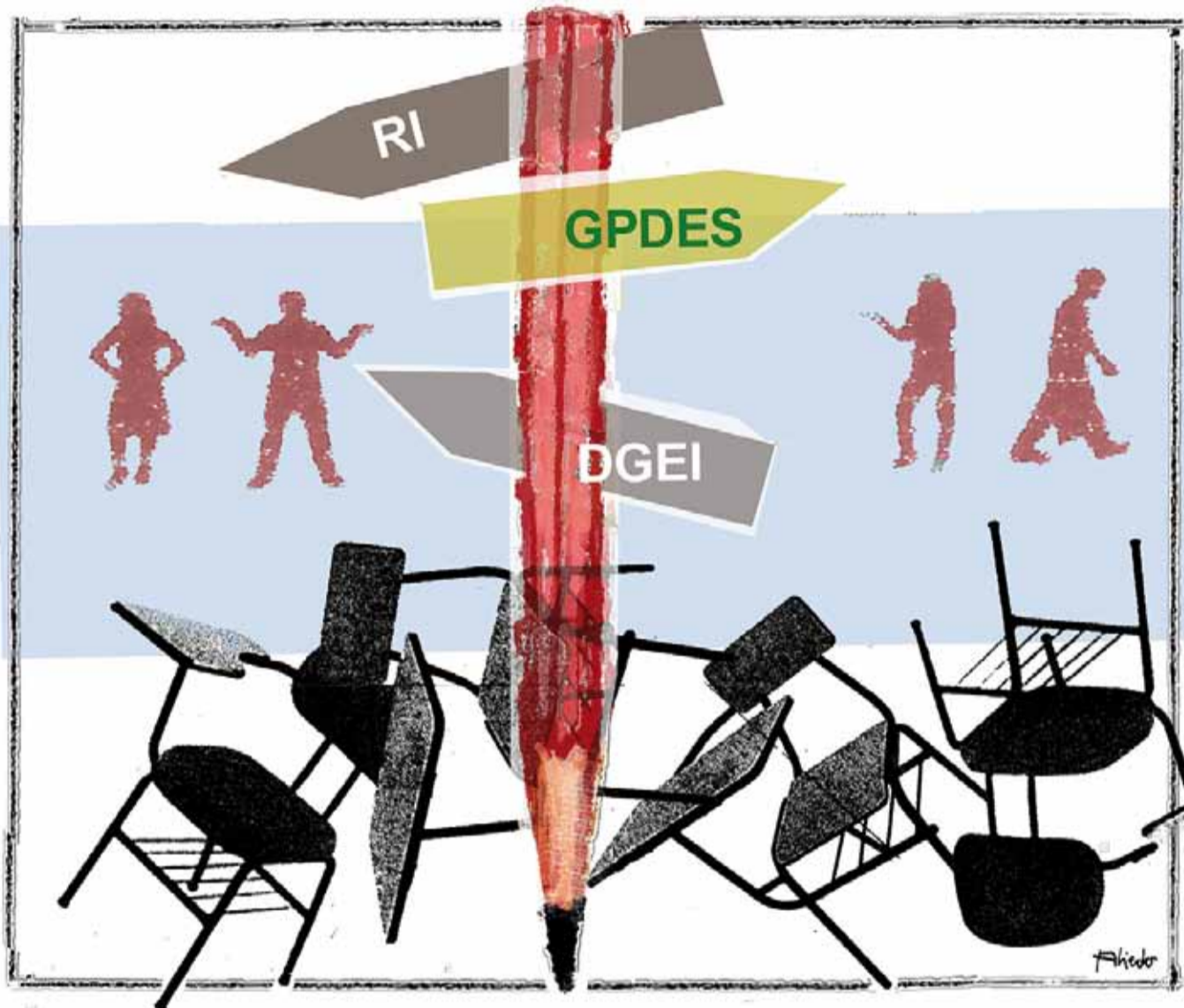
Leonardo Valente, professor de RI, fez a apresentação pelo curso e relatou que, além dos problemas gerenciais, há sérios problemas de estrutura: “Não tenho sala, por exemplo. Meu laboratório funciona no café da Praia Vermelha. Não temos prédio. Estamos aguardando há algum tempo a conclusão da obra ao lado da (Faculdade de) Letras (no Fundão)”.

Já Carlos Vainer, conhecido defensor da criação de cursos multiunidades, reconheceu que, com a atual estrutura da UFRJ, os cursos ficam inviabilizados administrativamente. “Esses cursos acabam por ficar invisíveis na estrutura da universidade. O projeto acadêmico do GPDES é um sucesso! Mas, gerencialmente, não funciona”.

Os cursos multiunidades trazem inovações pedagógicas que são bem vindas para a universidade. Também indicam a necessidade de alteração da estrutura administrativa e pedagógica da UFRJ, cenário que só será possível com melhores condições de trabalho para os técnicos-administrativos – que, como se sabe, estão em greve.

Cursos novos e “invisíveis”

Cursos multiunidades relatam suas dificuldades e têm sérios problemas de estrutura



Reitoria: nota sobre o calendário

Decisão preserva vagas dos alunos oriundos do SiSU

O gabinete do reitor Roberto Leher publicou, na noite de 27 de julho, nota informando que os “atos acadêmicos e administrativos referentes a 2015/2 serão retomados após o fim das greves em curso. No CEG, o pró-reitor Eduardo Serra esclareceu que a decisão da reitoria foi tomada diante de um quadro em que “múltiplos calendários gerariam enormes dificuldades para toda a universidade”. Além disso, se algumas unidades recomeçassem o segundo semestre letivo, fariam com que os estudantes do SiSU (que ainda não puderam fazer as matrículas, de forma presencial) perdessem as vagas. “O sistema fecha quando o curso atinge 25% de sua carga horária. A decisão levou em conta esses estudantes que precisam ter sua matrícula assegurada”. O CEG irá posteriormente deliberar sobre novo calendário.

NOTA OFICIAL

Nota à comunidade sobre atos acadêmicos e administrativos no período 2015/2

Considerando a resolução 07/2015 do Consuni e a suspensão da matrícula presencial do SiSU, os atos acadêmicos e administrativos referentes a 2015/2 serão retomados após o fim das greves em curso.

Os ajustes no calendário serão realizados pelo CEG e assegurarão um período prévio para reposição de conteúdos e realização de avaliações referentes ao 1º semestre de 2015.

Roberto Leher
Reitor da UFRJ”

BRASIL

Os especuladores agradecem

Debate mostra prioridade do governo no pagamento da dívida pública em vez de investir em políticas sociais

Atividade municia servidores para negociação com o MPOG

Andes e Redação

“Enquanto os servidores, com muita greve e com muita luta, conseguem pouca coisa; os rentistas (quem vive de renda especulando com papéis no mercado financeiro), sem mexer uma palha, conseguem 14,25% (recente aumento da taxa Selic)”, afirmou o economista Rodrigo Ávila, durante debate realizado no último dia 30. A atividade foi organizada pelos comandos nacionais de greve do Andes-SN, Fasubra, Fenasp e Sinasefe, no auditório do curso de Medicina da Universidade de Brasília (UnB). A finalidade era discutir com os servidores em greve a prioridade que o governo federal tem dado ao pagamento da dívida pública. As políticas sociais, por sua vez, sofrem cortes de verbas com as medidas de ajuste fiscal.

De acordo com Rodrigo, que é economista da Auditoria Cidadã da Dívida, os recentes cortes no orçamento, feitos pelo governo federal nas áreas sociais, chegam a R\$ 79,4 bilhões. Já a dívida pública do país consumiu, de janeiro a maio deste ano, R\$ 528 bilhões, o equivalente a 53,44% de todas as despesas federais.

“O governo federal insiste em cortar gastos sociais para cumprir a meta fiscal e ocultar os gastos com os juros e amortização da dívida pública brasileira”, diz. Ávila também citou o aumento do preço da energia elétrica em quase 50%, que garante a lucratividade das grandes empresas distribuidoras de energia no país, o que impacta diretamente na inflação, além da alta nos combustíveis.

“O próprio governo produz essa inflação e a usa como justificativa para aumentar os juros, sob o argumento de combatê-la. Ela nada tem a ver com a demanda, mas sim com os preços administrados pelo próprio governo. Esse argumento é essencial para uma negociação com o governo, quando ele disser que não pode reduzir os juros ou o pagamento da dívida”, disse. O economista ressaltou que o governo federal gasta, por dia, R\$ 3 bilhões no pagamento da dívida pública. “E o governo



Formação. Comandos nacionais de greve do Andes-SN, Fasubra, Fenasp e Sinasefe realizam debate sobre a dívida pública na UnB

Contingenciamento na Educação em 2015:

R\$ 9,4 bilhões

Gasto com a dívida pública POR DIA: R\$

3 bilhões

diz que não tem dinheiro para dar reajuste aos servidores”, completou.

Para gastar com a dívida pública, nenhum limite

Outro argumento muito utilizado pelo governo para os cortes no orçamento, segundo Rodrigo Ávila, é o de combater o descontrole das contas públicas, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “A lei não tem ne-

nhuma limitação para o gasto da dívida pública. Ela só visa ao cumprimento do superávit primário”, disse.

O representante da Auditoria Cidadã da Dívida explicou que o governo federal utiliza o discurso de “dois pesos e duas medidas”, em que tira o dinheiro do trabalhador para repassar aos bancos. “O discurso para os servidores públicos e para os rentistas são completamente diferentes. Por um lado, os servidores têm perda salarial, pois os reajustes anteriores e a atual proposta apresentada não acompanham a inflação; e por outro, os juros da dívida pública são os maiores do mundo”. Rodrigo ainda citou a defasagem da tabela do Imposto de Renda: “Estamos diante de um sistema no qual se utiliza o endividamento público como mecanismo de subtração de recursos públicos. Ele se reproduz externamente e internamente”, acrescentou.

Histórico da dívida

Rodrigo Ávila contou aos integrantes dos comandos de Greve que a dívida pública teve início na época da ditadura militar, no final da década de 70, em que houve a elevação ilegal das taxas de juros, de 5% a 20%, e quando muitas dívidas privadas foram estatizadas. Já

na década de 90, com o chamado Plano Brady, os contratos foram convertidos em títulos da dívida pública. O crescimento alarmante da dívida interna ocorreu no período de 1994 a 2014, em que a dívida passou de R\$ 100 bilhões para mais de R\$ 3,4 trilhões.

Avaliação

Para Flávio Sereno, da direção nacional da Fasubra, a atividade de formação é muito importante para municiar as categorias com informações para contrapor aos argumentos do governo de que não há recursos financeiros para negociar com os servidores. “É importante reproduzirmos o debate que houve aqui, com os comandos de greve das três entidades, dentro das universidades, para desfazer esse falso consenso, que a mídia ajuda a reproduzir também no dia a dia, de que não tem dinheiro para atender às pautas. Na verdade, dinheiro tem e ele está sendo drenado para suprir esse sistema da dívida”, reforçou.

Segundo Giovanni Frizzo, 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul do Andes-SN, o debate deu continuidade a uma série de atividades unificadas que vêm sendo realizadas pelas categorias em greve, em especial a educação federal. “O debate

Cortes nas áreas sociais em 2015 até agora:

R\$79,4 bilhões

Gastos com a dívida pública, só de janeiro a maio deste ano:

R\$ 528 bilhões

contribui no sentido de aprofundar um pouco a análise do contexto atual das medidas de ajustes fiscal e cortes no orçamento, que a cada período se ampliam. Recentemente, o terceiro anúncio de corte no orçamento dá conta de compreender que a política do governo é no sentido de garantir a política de pagamento dos juros e amortização da dívida à custa de direitos sociais e trabalhistas”, avaliou.

GREVE 2015



MAIS CORTES

Governo anuncia novo corte na Educação Federal e libera mais R\$ 5 bi para o Fies

Andes e Redação

O governo federal anunciou na quinta-feira, 30, quais as áreas do Poder Executivo que serão afetadas pelo novo corte de R\$ 8,6 bilhões no orçamento, elevando para R\$ 79,4 bilhões os cortes nas áreas sociais desde o anúncio do pacote de ajuste fiscal. O orçamento do Ministério da Educação foi novamente atingido, dessa vez com corte da ordem de R\$ 1 bilhão. Com mais este corte, a redução das verbas públicas destinadas ao setor alcança mais de 12 bilhões.

Além da redução de R\$ 9,4 bilhões anunciada em junho, que resultou numa redução de 10% sobre a verba de custeio e 47% sobre o capital das universidades federais, vale lembrar que, no início do ano o governo federal já havia limitado a verba das IFE a 1/18 avos do orçamento por mês, o que implicou num corte mensal de R\$ 586,83 milhões, por três meses, num total de R\$ 1,76 bilhões.

“Como já estamos sinalizando há um tempo, as instituições que não pararem pela greve, vão parar por inanição. Por total falta de condições de funcionamento. Os reitores estão

escolhendo quais contas pagar no mês e, em alguns lugares, já não conseguem mais manter as instituições funcionando”, disse Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN.

Rizzo lembra que a falta de recursos já vinha sendo sentida desde o início do ano, quando muitas instituições tiveram que usar a verba deste ano para cobrir o rombo de 2014. O presidente do Sindicato Nacional lembra o caso do fechamento do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no início de janeiro por falta de verbas, das greves de trabalhadores terceirizados por não recebimento de salário em universidades como a Federal do Goiás (UFG), da Paraíba (UFPB), do Rio de Janeiro (UFRJ) e Federal Fluminense (UFF) e o adiamento do calendário acadêmico em várias Ifes.

Na segunda-feira (27), a Universidade Federal da Bahia anunciou que sofreria corte no fornecimento de energia em vários departamentos, pelo não pagamento das contas. A ameaça de suspensão de energia elétrica também existe em outras instituições como a Federal de Santa Catarina e na Federal Fluminense. Em gre-

Diversas Instituições Federais de Ensino já haviam sinalizado a inviabilidade de funcionamento após o primeiro corte no Orçamento do MEC. Enquanto retira dinheiro da Educação Federal, governo libera mais R\$ 5,1 bi para o Fies

ve desde 28 de maio, a paralisação dos docentes federais já tem a adesão de 41 instituições.

“Já estávamos numa situação de redução no repasse às universidades, desde anos anteriores, falta investimento e de reajuste nas verbas disponibilizadas, sem conseguir fechar as contas de 2014. Com o corte de mais de R\$ 12 bilhões no orçamento do MEC, é óbvio que isso impacta de forma extremamente negativa as Instituições, e os reitores não terão de onde tirar recursos, o que significa a possibilidade de fechamento das universidades federais”, alerta Rizzo.

O presidente do Andes-SN lembra que o montante de recursos já retirados do MEC pelo ajuste fiscal de 2015 ultrapassa os R\$ 9 bilhões investidos, entre 2008 e 2014, na expansão desordenada da Educação Federal. “Isso demonstra que o governo freia o próprio processo que ele tinha criado, agindo contra o seu próprio programa [em referência ao Reuni]. Além disso, reduz proporcionalmente o investimento na universidade pública e aumenta os recursos para o lucro das empresas”, avalia.

5 bilhões para o Fies

Um dia após divulgar os detalhes do novo ajuste no orçamento, o Palácio do Planalto publicou uma nova medida provisória (MP 686), que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 9.820.639.868,00, para os fins que especifica”. Dos R\$ 9,82 bilhões liberados pela MP 686, mais da metade (R\$ 5,2 bilhões) serão destinados ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A MP prevê ainda liberação de R\$ 35,8 milhões, a serem utilizados na avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação.